

Estudo Técnico Preliminar 44/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 10280-722.166/2025-00

2. Descrição da necessidade

Manutenção de ar condicionado no Acre

Classificação do documento: público de livre acesso.

Classificação do serviço: comum de engenharia. Trata-se de atividades desempenhadas por arquiteto, engenheiro ou técnico especializado que importa em utilidade para a Administração, mas não constitui obra, ou seja, **NÃO** importa em inovação ou alteração substancial do ambiente ou bem imóvel.

Trata-se de um conjunto de atividades que necessitam da participação e do acompanhamento de profissional habilitado, seja arquiteto, engenheiro ou técnico especializado, que envolve o desenvolvimento de soluções específicas de natureza intelectual, científica e técnica, e cujos padrões de desempenho e qualidade foram objetivamente estabelecidos pela Administração, através de especificações usuais do mercado, bem como os serviços serão executados segundo a metodologia, os protocolos, técnicas e boas práticas conhecidas e regulamentadas em normas e a qualidade do trabalho será aferida e atestada através do confronto com as referidas normas técnicas, e mesmo que haja variações de metodológicas, estas não são determinantes para a obtenção do resultado planejado pela Administração.

O serviço de manutenção de ar-condicionado é importante para apoio e suporte às atividades finalísticas do órgão, permitindo aos servidores ambiente adequado para atuarem de forma mais ágil, eficiente e segura. Os cargos públicos da Administração não abrangem essa atividade, que tem natureza continuada e é preferencialmente terceirizada, a teor do Anexo I da Lei nº 9.632/1998, art. 3-§1º do Decreto nº 9.507/2018, e art. 1-§ único da Portaria MP 443/2018. Assim, deve-se contratar empresa especializada para tais fins.

Portaria MP 443/2018. Art. 1º No âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços: (...) XIII - instalação, operação e manutenção de máquinas e equipamentos...

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
-------------------	-------------

SACON/SRRF02

Denis Marcel Pires Nagasima

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Detalhamento completo e exaustivo nos Anexos contendo Especificação Técnica, IMR, Lista de Endereços, Lista de Equipamentos, Plano de Manutenção e Planilha Orçamentária.

- CATSER 2771 - Ar condicionado - manutenção de sistemas / limpeza

Adotou-se a Adotou-se a empreitada por **preço global** em virtude da definição das quantidades dos serviços a contratar, serem obtidas previamente com boa margem de precisão, bem como as medições e pagamentos serão realizados através de etapas pré-estabelecidas e de fácil aferição, priorizando o controle de qualidade da execução das atividades.

Para habilitação técnica, serão exigidos:

- Registro da empresa no CREA, CAU e/ou CRT
- Atestado de execução para serviço de manutenção de ar condicionado tipo **chiller, fancoil e split**, pelo prazo mínimo de 12 meses.

Não será exigida vistoria prévia para não restringir competição da licitação.

Será vedada a subcontratação total. Admitir-se-á a subcontratação parcial de serviços de até 30% para serviços como atendimento em cidades do interior e análise da qualidade do ar.

Será exigida a comprovação PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO sobre o valor total estimado da contratação. Busca-se escolher fornecedores com solidez financeira para cumprir as obrigações do contrato, evitando possível inadimplência e reduzindo risco de problemas na execução do contrato. Adotou-se o percentual de 10% para a comprovação de patrimônio líquido mínimo sobre o valor total estimado, para aumentar ao máximo a segurança financeira da contratação, conforme padrão adotado neste órgão para os Editais anteriores.

Será VEDADA a participação de consórcios. O Tribunal de Contas da União já consolidou entendimento que a participação de consórcios tem como fundamento a ampliação da concorrência especialmente para obras de grande vulto ou alta complexidade. Porém, o presente serviço é comum e não se justifica a formação de empresas consorciadas para atenderem às qualificações técnicas a serem exigidas na fase habilitação, em prestígio aos princípios da economicidade e razoabilidade.

Será VEDADA a participação de cooperativas, pois os serviços a serem contratados, pela natureza e pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, exige que haja necessidade da vinculação/subordinação dos obreiros com a pessoa jurídica contratada, inclusive de pessoalidade e habitualidade.

Será exigida garantia da execução contratual de 5%, para cobrir eventual interrupção, falha ou dano causado na prestação dos serviços.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi feito conforme Manual de Manutenção de Ativos disponível no Portal da DIENG (<https://rfbgov.sharepoint.com/sites/Sucor/Copol/Dieng>), e se baseia em diversas considerações estratégicas e operacionais que visam a otimização do processo e a obtenção de resultados eficazes. A seguir, destacam-se algumas razões para justificar essa abordagem:

Especialização e Conhecimento Técnico: Especialistas em projetos de engenharia geralmente possuem expertise e conhecimento técnico aprofundado no setor. Isso os capacita a compreender as necessidades específicas e a identificar as melhores soluções no mercado para atendê-las.

Economia de Tempo: Ao atribuir a responsabilidade do levantamento de mercado ao projetista, elimina-se a necessidade de envolvimento de terceiros, o que agiliza o processo. O projetista já terá familiaridade com as demandas, reduzindo etapas intermediárias.

Coerência e Consistência: O engenheiro pode garantir que o levantamento de mercado seja realizado de forma consistente e alinhada com os requisitos do serviço. Isso minimiza o risco de informações conflitantes e incompatibilidades no processo.

Integração e Sinergia: A pessoa que realiza tanto o levantamento de mercado quanto a elaboração do projeto de engenharia tem a capacidade de integrar as informações coletadas de forma direta e eficaz, o que pode favorecer coesão e eficiência.

Confidencialidade e Segurança de Dados: A contratação de terceiros para o levantamento de mercado pode envolver a partilha de informações sensíveis. Ao manter o processo sob a responsabilidade do projetista, é possível mitigar riscos de vazamento de informações eventualmente confidenciais.

Responsabilidade Única: A atribuição da tarefa de levantamento de mercado ao projetista simplifica a gestão do contrato, uma vez que a mesma pessoa se torna responsável por várias fases, do levantamento inicial à entrega final.

Economia de Recursos Financeiros: Evitar a contratação de um terceiro para o levantamento de mercado pode resultar em economia de recursos financeiros, uma vez que elimina a necessidade de gerir contratos adicionais e custos associados a terceirizações.

Assim, considerando as vantagens em termos de eficiência, qualidade, integridade dos dados e economia de recursos, a realização do levantamento de mercado por especialista interno se mostra uma abordagem prática e estratégica para o sucesso do projeto de intervenção nos imóveis da Receita Federal.

6. Descrição da solução como um todo

Detalhamento completo e exaustivo nos Anexos Especificação Técnica, IMR, Lista de Endereços, Lista de Equipamentos, Plano de Manutenção e Planilha Orçamentária. Os serviços deverão ser executados para as unidades da Receita Federal no Acre.

Na capital, execução dos serviços deve ser desenvolvida integralmente pelo corpo técnico da empresa a ser contratada, em função de suas especificidades e responsabilização técnica decorrente do serviço e da integração entre os projetos a serem produzidos. Será admitida a subcontratação nas cidades do interior e para análise da qualidade do ar.

O recebimento será realizado pelo fiscal técnico. Para todas as etapas, a conclusão deverá ser comunicada por escrito. Quaisquer dúvidas e/ou divergências de ordem técnica deverão ser dirimidas preferencialmente com o Fiscal Técnico e as demais com o Gestor do Contrato.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A quantidade de homem-hora de serviço foi calculada pela Engenheira Roberta Tamara da Costa Nery de Oliveira com base no Manual de Manutenção de Ativos, disponível no Portal da Divisão de Engenharia - DIENG (<https://rfbgov.sharepoint.com/sites/Sucor/Copol/Dieng>), e considera mão de obra de engenheiro, ajudante e mecânico de refrigeração. Não há cotação para peças e será previsto somente saldo de 30% para ressarcimentos.

Quantitativo anual de mão de obra para o serviço

Item 1	Local	Serviço com código SINAPI	Horas Mensais
1 Serviço (mão de obra)	Rio Branco	Manutenção Preventiva - pagamento por serviço completo realizado em cada mês	
		90778. Engenheiro Civil de Obra, pleno com encargos complementares	8
		88243. Ajudante Especializado, com encargos complementares	130
		100308. Mecânico de Refrigeração, com encargos complementares	130
		Manutenção Corretiva - pagamento por hora de serviço executado	
		88243. Ajudante Especializado, com encargos complementares	55
		100308. Mecânico de Refrigeração, com encargos complementares	55
	Epitaciolândia	Manutenção Preventiva - pagamento por serviço completo realizado em cada mês	
		90778. Engenheiro Civil de Obra, pleno com encargos complementares	4
		88243. Ajudante Especializado, com encargos complementares	13
		100308. Mecânico de Refrigeração, com encargos complementares	13
		Manutenção Corretiva - pagamento por hora de serviço executado	
		88243. Ajudante Especializado, com encargos complementares	6
		100308. Mecânico de Refrigeração, com encargos complementares	6
	Assis Brasil	Manutenção Preventiva - pagamento por serviço completo realizado em cada mês	
		90778. Engenheiro Civil de Obra, pleno com encargos complementares	4
		88243. Ajudante Especializado, com encargos complementares	15
		100308. Mecânico de Refrigeração, com encargos complementares	15
		Manutenção Corretiva - pagamento por hora de serviço executado	
		88243. Ajudante Especializado, com encargos complementares	7
		100308. Mecânico de Refrigeração, com encargos complementares	7
	Cruzeiro do Sul	Manutenção Preventiva - pagamento por serviço completo realizado em cada mês	
		90778. Engenheiro Civil de Obra, pleno com encargos complementares	4
		88243. Ajudante Especializado, com encargos complementares	16
		100308. Mecânico de Refrigeração, com encargos complementares	16
		Manutenção Corretiva - pagamento por hora de serviço executado	
		88243. Ajudante Especializado, com encargos complementares	7
		100308. Mecânico de Refrigeração, com encargos complementares	7

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 670.666,23

A pesquisa de preço foi elaborada mediante atualização da planilha vencedora do Pregão 90.019/2024, proc. 10280.726632/2024-37, datada de 10/2024, da seguinte forma: separação de um item para saldo de peças e aumento de seu valor de 7% para 30%, atualização da tabela SINAPI, de 02/2024 para 04/2025 (*), e atualização do percentual de BDI - Benefícios e Despesas Indiretas para ajuste na CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta.

(*) www.caixa.gov.br/site/Paginas/downloads.aspx#categoria_888.

Para as peças de reposição, a cotação anterior de 7% foi excluída e para estimação de percentual de 30% como saldo para ressarcimento mediante nota fiscal.

Para análise do BDI foi feita comparação entre as opções COM ou SEM desoneração, com as seguintes diferenças a seguir. Os novos valores de SINAPI e BDI foram conferidos Lucas Pimentel Gonçalves e essas variáveis foram inseridas em duas planilhas idênticas, adotando-se a opção de menor custo que foi COM desoneração.

Item de custo	Valor com	Valor sem
Engenheiro Civil pleno	R\$ 121,99	136,12
Mecânico de Refrigeração	R\$ 30,11	32,76
Ajudante Especializado	R\$ 23,50	25,37
BDI geral	29,90%	24,78%
Valor anual final	R\$ 670.666,23	R\$ 671.239,29

O objeto está organizado em grupo único subdividido em dois itens: serviços e peças. As peças serão todas pagas mediante ressarcimento, pois é inviável prever com exatidão as peças que serão realmente necessárias no futuro. A compra de peças para manutenção corretiva será suspensa quando atingir limite de 30% do valor total dos serviços. O serviço de manutenção foi estimado em homem-hora, mas a contratação terá valor fixo mensal para mão de obra (manutenção preventiva e corretiva ambas de valor fixo), e o valor a ser pago independe da quantidade de corretivas, mediante aplicação de IMR padronizado pela equipe de Engenharia.

Estimativa de valor anual global

ITEM	DESCRIÇÃO	CUSTO TOTAL	PROPORÇÃO
1	MANUTENÇÃO PREVENTIVA RIO BRANCO - mão de obra e insumos	R\$ 1.393.320,16	54,02%
	MANUTENÇÃO CORRETIVA RIO BRANCO - só mão de obra, sem peças de reposição	R\$ 227.359,13	8,81%
	MANUTENÇÃO PREVENTIVA EPITACIOLÂNDIA - mão de obra e insumos	R\$ 89.929,11	3,49%
	MANUTENÇÃO CORRETIVA EPITACIOLÂNDIA - só mão de obra, sem peças de reposição	R\$ 22.842,44	0,89%
	MANUTENÇÃO PREVENTIVA ASSIS BRASIL - mão de obra e insumos	R\$ 96.288,57	3,73%
	MANUTENÇÃO CORRETIVA ASSIS BRASIL - só mão de obra, sem peças de reposição	R\$ 25.381,64	0,98%
	MANUTENÇÃO PREVENTIVA CRUZEIRO DO SUL - mão de obra e insumos	R\$ 102.675,77	3,98%
	MANUTENÇÃO CORRETIVA CRUZEIRO DO SUL - só mão de obra, sem peças de reposição	R\$ 27.920,84	1,08%
	Subtotal - Mão de obra completa e insumos (exceto peça de reposição)	R\$ 1.985.717,66	
	Benefícios e Despesas Indiretas (BDI)	29,90%	R\$ 593.767,83
		VALOR DO SERVIÇO - 05 ANOS:	2.579.485,49
		VALOR DO SERVIÇO - 12 MESES	515.897,10
		VALOR DO SERVIÇO - Mensal	42.991,42

ITEM	DESCRIÇÃO	Valor para peças de reposição	BDI das peças	Valor de Peças
2	2 Peças de reposição			
	Esse item não é objeto de lance	R\$ 10.901,65	18,31%	R\$ 12.897,43
	Saldo equivalente a 30% do valor estimado para serviços			
		VALOR DE PEÇAS - 12 MESES	154.769,13	
		VALOR DE PEÇAS - Mensal	12.897,43	

GRUPO	DESCRIÇÃO	MENSAL	ANUAL
ÚNICO	Soma dos itens 1 e 2 - serviços + peças de reposição	R\$ 55.888,85	R\$ 670.666,23

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A licitação será organizada em lote único para que todos os serviços do Estado fiquem vinculados a um único contrato e um único fornecedor, favorecendo que o interesse maior em prestar o serviço na Capital possa induzir o atendimento também no interior, mesmo que mediante subcontratação.

Considerando o agrupamento em lote único, o valor de cada um ultrapassa o limite de R\$ 80 mil e, portanto, toda a licitação deverá ser "ABERTA" para qualquer empresa em todos os grupos e itens, nos termos da Lei Complementar 123/2006, art. 48-I. Também restou ultrapassado o limite anual para dispensa de baixo valor em serviços de engenharia.

Lei Complementar 123/2006. Art. 48 (...) I - deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte **nos itens de contratação** cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

Lei 14.133/2021. Art. 75. É dispensável a licitação: I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores

(...) Art. 182. O Poder Executivo federal atualizará, a cada dia 1º de janeiro, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por índice que venha a substituí-lo, os valores fixados por esta Lei, os quais serão divulgados no PNCP.

Decreto 11.317/2022. Art. 1º Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo. (...) Art. 75, caput, inciso II: R\$ 57.208,33 (cinquenta e sete mil duzentos e oito reais e trinta e três centavos)

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Há previsão dessa natureza de despesa no Plano Contratações Anual – PCA 2025, conforme comprovado no documento de Demanda.

Atesta-se alinhamento com Planejamento Estratégico e Plano de Logística, que foi regularizado adotando-se o Plano Diretor do MGI, mediante Portarias RFB n. 502 de 20.12.2024 e SSC/MGI n. 8.473 de 04.11.2024. Esta contratação está alinhada ao PLS recém publicado, em especial ao Mapa Estratégico e Diretrizes Estratégicas fls. 15, 18-20.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A Receita Federal está sem o serviço de manutenção no Acre.

A finalidade do presente instrumento é restabelecer a continuidade do perfeito funcionamento e a conservação dos equipamentos de Ar-Condicionado, visando atender às necessidades de conforto ambiental e garantir a boa qualidade do ar, para uma melhor prestação de serviço e atendimento ao contribuinte.

A NBR 16401 da ABNT estabelece como temperatura recomendada para condições internas de conforto térmico a faixa de 23 °C a 25 °C, no verão, e de 20 °C a 22 °C, no inverno. As condições externas na Região Norte, tanto no verão quanto no inverno,

alcançam temperaturas muito distantes desse parâmetro e, para proporcionar conforto aos usuários; os prédios do órgão possuem um sistema de ar-condicionado instalado e em operação, necessitando da prestação do serviço que é enquadrado como continuado tendo em vista que se trata de uma necessidade permanente e essencial para o funcionamento do órgão e garantia da segurança dos usuários.

O uso diário desses sistemas provoca um acentuado desgaste dos componentes mecânicos e elétricos, acarretando a necessidade de manutenção periódica, com o intuito de assegurar a conservação das características de desempenho técnico de seus componentes e para garantir a qualidade do ar e prevenção de riscos à saúde dos ocupantes de ambientes climatizados.

Há ainda a necessidade de garantir a confiabilidade e disponibilidade dos equipamentos de climatização para a sala com servidor de rede para preservação das informações e funcionamento dos sistemas.

Sendo assim, de forma a manter um ambiente satisfatório para servidores e colaboradores na realização de suas atividades e atendendo às exigências legais e recomendações técnicas, faz-se necessária a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de climatização, mantendo-os sempre em boas condições de utilização, efetuando periodicamente verificação do estado de limpeza, remoção das sujidades e manutenção do estado de integridade e eficiência de todos os seus componentes.

13. Providências a serem Adotadas

Não se aplica.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Existem critérios de sustentabilidade relevantes padronizados para este serviço, conforme Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, Caderno de Contratações Sustentáveis da SPOA/MF e IN/SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010:

1. Exigir, nos instrumentos convocatórios, que os modelos dos bens fornecidos estejam classificados com classe de eficiência "A" na Etiqueta Nacional de Conservação de Energia (ENCE), salvo quando não existir, no período de aquisição, um mínimo de três fornecedores com modelos etiquetados com a ENCE classe "A" para a sua categoria.
2. Vedar oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.
3. Na execução dos serviços, a contratada deverá obedecer às disposições da Resolução CONAMA nº 340, de 25/09/2003 e da Instrução Normativa Ibama, nº 5, de 14 de fevereiro de 2018, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal (notadamente CFCs, Halons, CTC e

triclouroetano), obedecendo às seguintes diretrizes: a) não é permitida a liberação intencional de substância controlada na atmosfera durante as atividades que envolvam sua comercialização, envase, recolhimento, regeneração, reciclagem, destinação final ou uso, assim como durante a instalação, manutenção, reparo e funcionamento de equipamentos ou sistemas que utilizem essas substâncias; b) durante os processos de retirada de substâncias controladas de equipamentos ou sistemas, é obrigatório que as substâncias controladas sejam recolhidas apropriadamente e destinadas aos centros de regeneração e/ou de incineração; c) É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final; d) As substâncias a que se refere este artigo devem ser acondicionadas adequadamente em recipientes que atendam a norma aplicável; e) é vedado o uso de cilindros pressurizados descartáveis que não estejam em conformidade com as especificações da citada Resolução, bem como de quaisquer outros vasilhames utilizados indevidamente como recipientes, para o acondicionamento, armazenamento, transporte e recolhimento das SDOs CFC-12, CFC-114, CFC-115, R-502 e dos Halons H-1211, H-1301 e H-2402; f) quando os sistemas, equipamentos ou aparelhos que utilizem SDOs forem objeto de manutenção, reparo ou recarga, ou outra atividade que acarrete a necessidade de retirada da SDO, é proibida a liberação de tais substâncias na atmosfera, devendo ser recolhidas mediante coleta apropriada e colocadas em recipientes adequados, conforme diretrizes específicas do artigo 2º e parágrafos da citada Resolução; g) a SDO recolhida deve ser reciclada in loco, mediante a utilização de equipamento projetado para tal fim que possua dispositivo de controle automático antitransbordamento, ou acondicionada em recipientes adequados e enviada a unidades de reciclagem ou centros de incineração, licenciados pelo órgão ambiental competente: g.1) quando a SDO recolhida for o CFC-12, os respectivos recipientes devem ser enviados aos centros regionais de regeneração de refrigerante licenciados pelo órgão ambiental competente, ou aos centros de coleta e acumulação associados às centrais de regeneração. g.2) É obrigatória a retirada de todo residual de substâncias controladas de suas embalagens antes de sua destinação final ou disposição final.

4. Otimizar recursos e reduzir desperdícios e poluição: a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas/poluentes; b) Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade; c) Racionalização /economia no consumo de energia e água; d) Adequado acondicionamento dos resíduos gerados pelas suas atividades, separando o lixo seco do lixo orgânico, além da adequada destinação desses resíduos de acordo com a programação da coleta seletiva, determinada pelas Prefeituras Municipais onde serão prestados os serviços; e) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores; e f) Tratamento idêntico deverá ser dispensado a lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

5. Sustentabilidade na execução dos serviços quando couber: a) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA; b) Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003; c) Observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento; d) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços; e) Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; f) Respeitar as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e g) Prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008.

15. Demais itens de análise

A. LISTA DE NORMATIVOS

As principais normas pertinentes à matéria são: Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), Decreto nº 3.722/2001 e IN/SLTI/MP nº 02/2010 (SICAF), IN/SLTI/MP nº 01/2010 (critérios de sustentabilidade), Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 8.538/2015 (micro e pequenas empresas), normas da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.

De forma residual, aplica-se analogia para: Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 3.555/2000 (Pregão), Decreto nº 5.450/2005 e IN/SLTI/MP nº 03/2011 (pregão eletrônico), Decreto 10.024/19 (Pregão para serviços comuns de engenharia), Lei nº 9.632/1998, Decreto nº 9.507/2018, Portaria MP 443/2018 e IN/SEGES/MP nº 05/2017, validada pela IN/SEGES/ME nº 98/2022, (contratação de serviços).

B. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

O TCU recomenda o uso preferencial da modalidade Pregão Eletrônico para serviços comuns, mas as hipóteses legais de cabimento não parecem se adequar ao presente caso, pois a precificação envolve manutenção de quantidade específica de equipamentos. Assim, será realizado o Pregão Tradicional.

Lei 14.133/2021. Art. 40. O planejamento de compras deverá **considerar** a expectativa de consumo anual e observar o seguinte: I - condições de aquisição e pagamento semelhantes às do setor privado; II - **processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente**... Art. 82. O edital de licitação para registro de preços observará as

regras gerais desta Lei e deverá dispor sobre: I - as especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a *quantidade máxima* de cada item que poderá ser adquirida; II - a *quantidade mínima* a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;

Decreto 11.462/23. Art. 3º O SRP **poderá** ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial: I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes; II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa; III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas; IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

C. MINUTAS DE EDITAL, TERMO DE REFERÊNCIA E CONTRATO

Foram utilizadas as minutas padrão disponíveis no site da AGU. Há Termo de Responsabilidade juntado nos autos.

D. ALÇADA ADMINISTRATIVA

O art. 2-M da Portaria RFB nº 224, de 7 de fevereiro de 2019, define regra de alçada para contratos de custeio. Como o valor global do contrato **não** supera R\$ 1 milhão, basta autorização do Superintendente em formulário anexado aos autos.

E. SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES

A equipe de planejamento teve participação prévia de servidores com formação em Engenharia, um elaborou o material técnico do Pregão 90.019/24 que subsidiou este e outro conferiu os novos valores de SINAPI e BDI para atualização.

A designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio será efetivada em momento oportuno, na véspera da publicação do Edital, dentre servidores efetivos da equipe de Licitações que não participaram da fase de planejamento, conforme art. 3º da Portaria de designação (Ex: SRRF02 nº 382 e 632/2024): “Art. 3º - Os servidores designados no art. 1º, atuarão como Pregoeiros, assim como podem compor equipe de apoio nos certames licitatórios em que não atuem como condutor”.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Especificações técnicas baseadas no Pregão 90.016/2024. Pesquisa de preços atualizada com tabela SINAPI de abril de 2025. Recurso reservado. Autorização contratual registrada em formulário. Edital, TR e contrato conforme minuta padrão AGU e descrições conforme último Edital similar.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GUSTAVO AMORIM ANTUNES

Equipe de Planejamento



Assinou eletronicamente em 12/06/2025 às 16:51:32.